



Jornal Notícias

06-10-2019

Periodicidade: Diário

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 60963

Temática: Justiça

Dimensão: 2193 cm²

Imagem: S/Cor

Página (s): 1/14/15

Justiça investiga viagens pagas a 34 autarcas e serviços

Empresas tecnológicas suspeitas de oferecerem passeios ao estrangeiro

Funcionários da Segurança Social e do Fisco na mira do Ministério Público **P. 14 e 15**



Ministério Público investiga viagens de funcionários públicos para destinos turísticos

Empresas de informática deram borlas a 34 entidades públicas

Viagens suspeitas ao estrangeiro atingem ministérios, autarquias, Segurança Social e até a Autoridade Tributária

Nelson Morais
justica@jn.pt

INVESTIGAÇÃO A oferta de viagens para destinos turísticos, uma estratégia comercial que outrora expôs relações perigosas entre a indústria farmacêutica e muitos médicos, faz novo caminho no mundo da tecnologia e da informática. O Ministério Público tem em curso 13 inquéritos-crime sobre ofertas de viagens de empresas como a Microsoft, Oracle e a Huawei, a dirigentes e funcionários de um total de 34 entidades públicas, incluindo autarquias, serviços dos ministérios da Saúde e da Administração Interna, bem como a Autoridade Tributária e a Segurança Social.

O último escândalo conhecido no setor da infor-

mática foi o da empresa ANO – Sistemas de Informática e Serviços, Lda., do Porto, que levou a passear pela Turquia, entre 15 e 21 de abril de 2015, 21 elementos de 16 municípios governados pelo PS e pelo PSD.

O procurador titular do caso, Nuno Salgado, do DIAP de Coimbra, só acusou de recebimento indevido de vantagem o dono da ANO e o presidente e o vice da Câmara de Penamacor, António Beites e Manuel Robalo.

Mas o magistrado desencadeou sete novas investigações sobre os outros elementos das autarquias, das associações intermunicipais e das empresas municipais que, tal como os elementos de Penamacor, também passaram quatro dias na Turquia, com tudo pago

pela empresa do Porto (ler texto na página seguinte).

OS GIGANTES SOB SUSPEITA No âmbito do processo de Coimbra, consultado pelo JN – aberto após denúncia de um movimento independente de Penamacor – foram pedidas informações ao Departamento Central de Investigação e Ação Penal, em Lisboa, sobre a existência de mais investigações com objeto idêntico.

A resposta enumera seis inquéritos em curso no DIAP de Lisboa que envolvem vários gigantes do setor tecnológico que mantiveram ou mantêm contratos com entidades públicas.

É o caso da investigação, iniciada em 2017, “referente a viagens aos EUA oferecidas pela Microsoft a responsáveis autárquicos dos

RECEBIMENTO

Crime de 2011 facilita prova em tribunal

A oferta e o recebimento de prendas, como viagens ao estrangeiro, têm hoje maiores probabilidades de punição do que antes de 2011, graças à introdução, no Código Penal, do crime de recebimento indevido de vantagem. Antes, o MP só poderia imputar o crime de corrupção, mas, para isso, precisava de provar que, à prenda recebida pelo funcionário, correspondia um ato ou omissão contrários aos deveres do cargo (a adjudicação de um contrato desnecessário, por exemplo). Com o novo crime – que pode custar até cinco anos de prisão, a quem recebe, e até três anos, a quem oferece –, o MP já não tem de estabelecer relação causal entre a prenda e o ato. Porém, não são puníveis a oferta e recebimento de prendas “socialmente adequadas e conformes aos usos e costumes”.

municípios de Cascais, Braga, Sousel, Torres Novas, Abrantes, Alcanena, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Ourém, Sardoal, Tomar, Vila Nova da Barquinha, Mação, Sertã, Vila de Rei e Santarém”. Também são de 2017 quatro inquéritos instaurados para investigar “viagens ao estrangeiro” oferecidas pelas empresas Oracle, Huawei e Nos, sendo que em três casos também está envolvida a Timestamp e no quarto a Normática.

Refere o Ministério Público que as borlas foram dadas a “responsáveis” da Autoridade Tributária, dos Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, da Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna e do Instituto de Informática da Segurança Social.

Numa outra investigação, iniciada no mesmo ano, são averiguadas “viagens ao estrangeiro oferecidas pela Oracle e pela Huawei ao presidente da Câmara Municipal de Oeiras, a outros militantes do PSD e ao secretário de Estado das Comunidades”. Nos 13 inquéritos, em causa está o facto de os destinos serem considerados turísticos e tais ofertas se destinarem, alegadamente, a criar clima de abertura dos responsáveis a propostas de comercialização de serviços das empresas, o que constitui crime de recebimento indevido de vantagem. ●

PORMENORES

“Investimento”

As ofertas de viagens à Turquia, a múltiplos elementos de autarquias, foram “uma espécie de investimento, visando a criação de uma maior abertura ou receptividade às suas propostas de comercialização”, concluiu o Departamento de Investigação e Ação Penal de Coimbra, sobre a aparente cortesia da empresa de informática ANO, no Porto.

Autarquias negam

Várias câmaras municipais, bem como os respetivos presidentes e vereadores, negaram ter aceitado viagens à Turquia pagas pela ANO. Os novos inquéritos dizem respeito, na maioria, a funcionários das autarquias

Famalicão garantiu mais de um milhão a filho da terra

Município da Região do Vale do Ave é um dos 15 visados por novas investigações sobre viagens à Turquia em 2015

CERTIDÕES A Câmara de Vila Nova de Famalicão (CMVNF) foi a entidade que garantiu mais negócios à ANO – Sistemas de Informática e Serviços, do empresário Manuel Amorim. Desde a sua criação, em 2009, o portal base.gov.pt publicou 33 contratos entre aquela Câmara e a empresa, no montante de 1 288 563 euros, mais IVA.

Famalicão é um dos 15 municípios visados pelas certidões do processo em que foi acusado Manuel Amorim (que o JN não conseguiu ouvir), o presidente

e o vice da Câmara de Penamacor. A CMVNF vai ser investigada porque o vice, Ricardo Mendes, o vereador Pedro Sena, da maioria PSD/CDS, e uma funcionária viajaram para a Turquia à custa da ANO, tal como outros seis autarcas e 13 funcionários de 16 câmaras envolvidas.

O presidente da CMVNF, Paulo Cunha, não quis falar, mas o seu assessor alegou que os três viajantes da Autarquia fizeram-no a título pessoal e em dias de férias. Por outro lado, refutou relação entre os contratos adju-

dicados à ANO e o facto de Manuel Amorim ser natural e residente em Famalicão. Argumenta que “houve três concursos estruturantes”, vencidos pela ANO, que exigiram adjudicações subsequentes por ajuste direto.

As outras visadas pelas novas investigações são as câmaras de Amarante (que firmou contratos com a ANO, desde 2009, de 124 845 euros), Amares (167 845), Baião (345 333), Celorico de Basto (210 099), Ferreira do Alentejo (sem contratos publicados), Leiria (51 398), Mêda (80 962), Mondim de



Câmara explica contratos

Basto (21 219), Marco de Canaveses (199 023), Nordeste (178 812), Penamacor (62 446), Pinhel (128.370), Póvoa do Lanhoso (130 272), Feira (94 380) e Vízela (sem contratos), as comunidades intermunicipais de Tâmega e Sousa (555 929) e das Beiras e Serra da Estrela (9872) e as empresas municipais de Almada (25 425) e Guimarães (sem contratos).

Tais entidades adjudicaram à ANO contratos de 3,6 milhões. O total de 305 contratos públicos desta empresa ascende a sete milhões. ●

Autarca reprovou software e recusou convite

Maioria dos elementos das câmaras convidadas por empresa do Porto não foi a Istambul

DEPOIMENTO Jorge Pio, vereador da PS em Castelo Branco, foi ouvido pela Judiciária de Coimbra, por ter declinado o convite da ANO para a viagem à Turquia, de 18 a 21 de abril de 2015.

O edil contou ter entendido que, em dado momento, o sistema de gestão documental do município deveria ser melhorado e instruiu os serviços para consultarem o mercado. Segundo o vereador, a ANO fez uma demonstração na Autarquia, no primeiro trimestre de 2015, mas ficou “bem claro que a [sua] aplicação ainda estava muito incipiente, pouco desenvolvida”.

A Autarquia adquiriria, em 28 de abril, a aplicação da As-

sociação de Informática da Região Centro. Ainda que, em 9 de abril, o vereador tivesse recebido o convite da ANO. Segundo explicou, como “o município já havia decidido que o produto da ANO não era muito viável” e ele próprio “não se identifica com este tipo de abordagem/convite, entendeu não responder”.

Os autos indicam que receberam o convite 66 pessoas de 33 municípios, mas só o aceitaram 21 de 16. Embora o pretexto fosse apresentar software, a viagem teve caráter essencialmente lúdico, concluiu o MP, destacando do programa um cruzeiro no Bósforo e uma visita ao Bazar Egípcio. ●